

# A dissolução do Centro de Documentação Popular e a constituição da Coleção CDP\*

*Amanda Marques Rosa*

Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: amar\_historia@yahoo.com.br

## **Resumo**

O artigo problematiza o processo de produção de memórias em diferentes tempos e espaços, por diversos sujeitos, a partir da análise da dissolução do Centro de Documentação Popular e a posterior organização da documentação em forma de coleção no CDHIS. Outras necessidades e expectativas são apontadas na história do CDP, que suscita novas possibilidades ao se constituir em coleção no CDHIS.

**Palavras-chave:** Centro de Documentação Popular. Memórias. Histórias. CDHIS.

## **Abstract**

The article discusses the process of production of memories in different times and spaces, for diverse subjects, from the analysis of the dissolution of the Center of Popular Documentation and the posterior organization of the documentation in form of collection in the CDHIS. Other necessities and expectations are pointed in the history of the CDP, that excites new possibilities to if constituting in collection in the CDHIS.

**Keywords:** Center of Popular Documentation. Memories. Histories. CDHIS.

Esta pesquisa discute a formação do Centro de Documentação Popular (CDP) na década de 1980, na cidade de Uberlândia. A ação surgiu de um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, que sentiram, dentre outras necessidades, a de constituir um acervo que referenciasse a memória “dos de baixo”, que trouxesse voz “aos silenciados”. Realizada a fundação do CDP, o desafio do grupo foi se estabelecer. Da necessidade em constituir um acervo “popular”, a ação transformou-se em projeto. Nesse intuito, se aproximaram dos sindicatos e logo expandiram as ações do Centro, agregando à função da “preservação”, as

funções da “formação” e da “informação”. Transformou-se em centro de apoio e documentação.<sup>1</sup>

Constituiu-se um grande acervo diversificado em seus materiais e nas experiências ali contidas pela conservação dos suportes das suas memórias. Envolveu grande número de pessoas, entidades sindicais, movimentos populares, em suma, sujeitos históricos que encamparam essa necessidade enquanto projeto de intervenção naquela sociedade. Alio a essa discussão, minha experiência com este acervo, hoje uma coleção que está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU<sup>2</sup>.

\* Este artigo é parte do trabalho monográfico “Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995)”. Defendido pelo Curso de História (INHS/UFU), em janeiro de 2008, sob a orientação da Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

<sup>1</sup> Cabe esclarecer que interpreto a história do CDP a partir do que chamo de tripé formação/informação/preservação. Estes pés do tripé foram as áreas de atuação do Centro durante sua existência. Ora se focava mais na área da documentação, ora na formação, sempre aliada a informação.

<sup>2</sup> Desenvolvi estágio no CDHIS por dois anos, entre o segundo semestre de 2004 e primeiro semestre de 2006, nas áreas de arquivo e de restauro oferecidos pelo Centro aos alunos interessados em ampliar seus conhecimentos em outras áreas afins do Curso de História. Pude participar do projeto “Memória Histórica: Preservação e Ação Pedagógica”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da UFU, entre agosto de 2005 (segundo semestre/05) e junho de 2006 (primeiro semestre/06). O projeto foi coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Ramos e Almeida, a qual foi coordenadora do CDHIS no período compreendido entre 2002 a 2006. Foram selecionados quatro bolsistas, sendo três alunos/as do Curso de História – Amanda Marques Rosa, Jheneffen Suênia Silva e Lourival Magalhães Cardoso e uma aluna do Curso de Artes Visuais – Lindalva Ferreira de Freitas. Coube a Amanda e Lindalva a organização da Coleção CDP e aos outros dois, a Coleção Olívia Calábria. Este projeto tinha como um dos objetivos organizar duas coleções do CDHIS, sendo o CDP uma delas.

## 1. Até onde vai grupo CDP?

### 1.1. Problemas e dificuldades

As dificuldades surgidas dentro do CDP tinham caráter diverso: a condição dos sonhos que os uniam, em torno do projeto, o modo como era conduzido o trabalho em caráter voluntário, as condições nas quais se davam o financiamento das atividades, também em caráter voluntário, logo não contava com verba fixa. Havia grande diversidade de interesses tanto por parte dos sujeitos que compunham o CDP, quanto por parte das entidades que com ele se articulavam. Em suma, todos esses fatores, a meu ver, traziam uma condição de muita mobilidade, e por isso não deixavam de representar riscos para a estabilidade do CDP, enquanto audacioso projeto de Centro de Formação, Informação e Preservação.

À medida que o Centro foi se estabilizando ele dividiu suas ações em duas comissões: Comissão de Formação e Comissão de Documentação. Quando o CDP se aproximou das entidades sindicais ele passou a focar mais suas ações na área da Formação/Informação. Nesse sentido, ao relacionarmos o modo de financiamento do CDP (não possuía uma verba fixa) por entidades sindicais, àquela maior valorização dada à Comissão de Formação, entendemos que isso se tornou uma dificuldade para o Centro.

O grupo, ao centralizar sua atuação na área da formação, o que também se deu de acordo com as possibilidades que foram encontrando, acabava por caminhar na perspectiva de buscar resultados mais rápidos, os quais, ao serem alcançados, trariam a sensação de “missão cumprida” ao grupo, que, por sua vez, deveria buscar novos objetivos na área da formação. Sendo assim, a Comissão de Formação deveria estar em constante renovação de seus objetivos por dois motivos: primeiro, porque era da articulação com as entidades sindicais que provinham os recursos financeiros para todo o Centro; segundo, o campo da formação é por sua natureza muito dinâmico, logo ao formar um grupo de militantes, constituir novos sindicatos, deveria buscar novos sujeitos para uma nova ação. Isso exigia mais verba, pois a tendência dessa rede era se tornar maior a cada novo contato, ultrapassando o nível local, e atingindo o nível regional e até mesmo o nacional,

caminho este que as evidências apontam, foi traçado pelo CDP.

No entanto, não estamos atribuindo o fim do CDP ao fato dele ter se expandido, mas sim ao modo como se deu tal expansão diante dos recursos com os quais o Centro contava. O fato de não possuir verba fixa, viver das doações, significava também que a entidade que não se interessasse mais pelos serviços prestados pelo Centro, poderia deixar de contribuir a qualquer momento, o que geraria dificuldades para o grupo no sentido de como se reestruturar financeiramente para cumprir seu plano de trabalho. Aléxia P. Franco (à época membro do CDP e graduanda do curso de História da UFU) já havia apontado essa dificuldade em sua monografia:

*No CDP, em específico, a maioria dos recursos financeiros e materiais são provisórios e emergenciais. Eles só são arrecadados quando está sendo desenvolvida alguma atividade de interesse para uma entidade (assessoria a chapas de oposição em períodos de eleição sindical, etc. ou quando os membros de uma das comissões corre atrás de uma organização para conseguir a doação de materiais urgentes para suas tarefas (papel, etiquetas, cartolina, cola, livro de ata, etc.). Não existe um caixa fixo que gere recursos mais constantes e seguros.<sup>3</sup>*

De acordo com a autora, os recursos só chegavam mediante o interesse das entidades para que o CDP “prestasse” algum serviço a elas. Podemos ler tal informação para além da dificuldade da verba e dos materiais necessários para realização de atividade na área da “formação”. Isso evidencia que a relação dos sindicatos com o CDP ia muito de acordo com os interesses imediatos desses sindicatos, o que mostra o desconhecimento, por parte destes sindicatos, das funções e atribuições de um Centro de Apoio, Formação e Preservação.

Alguns registros apontam para o desejo do grupo em se institucionalizar e buscar contribuição regular. Assim traz o órgão informativo de 1990:

*O CDP, em 1989, funcionou basicamente através de contribuições voluntárias das entidades sindicais de Uberlândia e região, conforme as necessidades finan-*

<sup>3</sup> FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990, p. 82.

*ceiras iam exigindo. (...)*

*O CDP já está apto a regularizar sua sustentação financeira, através de uma campanha de finanças que garanta as atividades já programadas para esse ano.*<sup>4</sup>

No plano de trabalho para o ano de 1990, o registro ainda aponta:

*– Elaboração de projeto para captação de recursos a nível de Brasil e exterior;*

*– Levantamento das entidades sindicais de Uberlândia e região, para proposta de filiação e contribuição regular.*<sup>5</sup>

O fato de não contar com uma verba fixa gerava instabilidade ao CDP, expressando uma das dificuldades do Centro. Na monografia de Aléxia ela cita um relatório, no qual se faz uma análise, e se detecta que o Centro estava passando por uma fase de desagregação.

*'... fizemos uma análise de conjuntura, onde detectamos que o CDP está passando por uma fase de desagregação seja em função desse momento (por ex. privilegiar as eleições presidenciais) quanto as questões mais domésticas' (por ex. trabalho, escola, etc.)*<sup>6</sup>

O relatório nos dá a entender que o grande envolvimento com a militância por parte dos membros do CDP envolvidos com as questões políticas e partidárias presentes na década de 1980, no caso ele cita as eleições presidenciais de 1989, acabava por gerar a desagregação dos componentes do centro, os quais deixavam de lado as atividades relacionadas com o cotidiano do CDP, em específico aquelas à Comissão de Documentação, tais como: a preocupação com a estruturação do Centro, a busca de informações, os diálogos com as entidades de memória. Havia ainda o fato da disponibilidade de horário dos membros, já que o trabalho era em caráter voluntário, e os mesmos participavam dentro de seus limites. Porém, não podemos deixar de considerar que o relatório é de dezembro de 1989, ou seja, a percepção da desagregação, possivelmente, foi contornada, tendo em vista que o ano de 1990 parece ter sido de muita

afirmação para o centro, uma vez que, foi nesse ano que o estatuto foi elaborado, e foi conquistada a sede própria, enfim, buscou-se a institucionalização como meio de alcançar a estabilidade.

Reforçamos nossa interpretação dos riscos de se focar as atividades na Comissão de Formação, diante do que o informativo de 1991 nos traz a respeito do CDP “ter cumprido sua missão” nesta área, quando falam que a Secretaria de Formação Sindical da CUT – Regional havia sido constituída, e, daquele momento em diante, seria ela a responsável pela formação na cidade de Uberlândia e região.

Tendo cumprido uma missão importante, desde sua fundação até este momento, assessorando o movimento sindical da região na questão da Formação, o CDP, por deliberação de seus componentes, decidiu então voltar às suas origens, de entidade dedicada à conservação da memória do movimento sindical e popular.

*O CDP não deixa de lado uma faceta de seu trabalho, mas assume a especificidade que se pode esperar de uma entidade não-sindical, como esta. Hoje, a formação sindical, em Uberlândia e região, está muito mais avançada que há 5 anos atrás, e é o momento das entidades sindicais assumirem o seu destino.*<sup>7</sup>

Diante disso, podemos perceber que, a partir daquele momento, todas atividades do Centro, ligadas a esta área, seriam paralisadas ou caminhariam em ritmo bem mais lento. Isto porque, se outra entidade seria a responsável por tal atividade, os recursos destinados ao CDP, minguariam consideravelmente, pois parte do Centro não teria, a partir daquela decisão, o “porquê” de existir. Se aliarmos tal interpretação ao fato do movimento sindical, a partir da década de 1990, voltar a se “retrair”, vemos que os agentes de diálogo do CDP foram se tornando escassos, na área da formação, a qual trazia maior financiamento para o Centro.

Entre os anos de 1990-91 (período em que busca sua institucionalização) o grupo voltou a se preocupar mais efetivamente com a área da preservação, porém esta atividade não gerava muitos recursos financeiros, tendo em vista que seus agentes de diálogo (as instituições de

<sup>4</sup> CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 02, mar. 1990.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Relatório e Convocação aos Integrantes do CDP, CDP, dez.1989, mimeografado, apud FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 83.

<sup>7</sup> CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 3, mar.1991.

preservação da memória) forneciam mais informações, do que propriamente verba. Pensando ainda na “preservação”, para além da falta de recursos financeiros, havia também a dificuldade de recursos humanos, ou seja, pessoal com qualificação para trabalhar na organização do arquivo interno do CDP. Aléxia discutiu isso em seu texto, além de demonstrar a concepção que os sindicatos tinham de arquivo, o que tornava mais árduo e difícil o trabalho. Assim ela explicita:

Muitas vezes, as entidades populares tratam o CDP como um depósito de papel velho e material usado, doando, por exemplo, antigas pastas de A-Z enferrujadas, as quais podem destruir os registros arquivísticos e bibliográficos ali guardados. Porém, ele não pretende ser um ‘arquivo morto’ cheirando a mofo. Ele quer funcionar em um ambiente agradável que contenha informações vivas, dinâmicas e bem ordenadas.

Faltam pessoas qualificadas e responsáveis diretamente pelo trabalho de organização e socialização da memória popular.<sup>8</sup>

Seu texto expressa a concepção que as entidades sindicais tinham de arquivo, o que não pode ser visto como simples má vontade, mas sim produtos das relações que experimentavam, e nesse sentido não havia uma política de educação patrimonial que mostrasse os significados de um centro de memória, como valorizá-lo, como usá-lo, qual sua função dentro das relações sociais das quais compartilhavam. Nesse sentido, ainda que se iniciasse naquele momento (década de 1980), a preocupação em constituir um centro de memória popular, as classes populares e mesmos as entidades sindicais não tinham acesso irrestrito e amplo às políticas de educação patrimonial que contribuíssem para a compreensão e os sentidos de acervos populares. Logo, a experiência que compartilhavam, ainda era uma posição marginal nesse processo, onde os grupos que conseguiam se inserir nos debates e disputas por maior espaço no campo da memória, acabavam “fazendo por eles”. Aléxia evidencia sua preocupação em não transformar o arquivo em “depósito de papel velho”. Ela queria que os agentes de diálogo do CDP o percebessem em sua vitalidade e funcionalidade, o que vai ao encontro do desejo de realizar a referida educação patrimonial.

Ronan Hungria (à época membro do CDP e estudante

do curso de História da UFU e militante político de esquerda da cidade de Uberlândia) apontou a condição do trabalho voluntário e a sobrevivência do CDP pela contribuição dos sindicatos, o que possibilita entender as dificuldades passadas pelo Centro ao administrar e planejar as atividades a serem realizadas, diante da grande quantidade de contatos estabelecidos, o que gerava tanto despesas com o serviço de postagem, quanto em relação ao trabalho posterior às doações, que é a organização do acervo.

*Amanda: Dependia da contribuição dele [dos sindicatos]? Essas coisas?*

*Ronan: Dependia, porque nós tínhamos um gasto com serviços de postagem. Era muita... Tinha uma caixa postal. E era muito contato. A gente recebia muito documento. Muita coisa, assim, pra época era muita coisa. E o pessoal que trabalhava no CDP era voluntário. Todos voluntários. Não tinha ninguém liberado.<sup>9</sup>*

Em suma, é uma série de injunções às quais devemos voltar para entender as dificuldades que o CDP foi encontrando; algumas contornáveis, outras, pelo próprio percurso do Centro, se tornaram mais significativas a ponto de levá-lo à dissolução. Procurei ressaltar aquelas, que a meu ver, ganharam maior significado e que não foram contornadas, considerando as possibilidades que através da leitura dos registros consegui recuperar.

## 1.2. A dissolução do CDP

É nessa perspectiva de construção do conhecimento histórico — tentar ler os registros, indagá-los, ler as entrelinhas, procurar o que não foi dito — que “forjo” minha interpretação acerca das injunções históricas que levaram à dissolução do grupo e do CDP. Como explicitarei acima, várias dificuldades foram surgindo no cotidiano do Centro; algumas inerentes à política de condução traçada, outras pelas próprias condições que o grupo encontrava para realização de seu projeto.

Nesse sentido, me volto àquela multiplicidade de interesses que envolviam tanto os membros quanto seus agentes de diálogo (movimentos sindicais, movimentos populares e sociais presentes naquele momento na cena histórica) com o projeto CDP. Ao nos voltarmos aos registros, percebemos que essa multiplicidade é presente

<sup>8</sup> FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 82.

<sup>9</sup> Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

até mesmo na interpretação daquelas dificuldades que levariam o Centro à dissolução.

A fala de Ronan aponta o fim do Centro no momento em que o grupo decidiu por institucionalizá-lo por completo, ou seja, deixar de ser um trabalho realizado por voluntários, para se tornar um Centro de Documentação e de Apoio. Contudo, por não conseguirem financiamento de nenhuma entidade e instituição patrocinadora, eles optaram por fechar o Centro e doar toda a documentação para o CDHIS.

*Ronan: Nós mandamos projeto pra Alemanha, pra Suíça. (...) E qual a resposta que veio pra nós. Olha 'távamos um monte lá na... no socialismo real, lá na Rússia, lá e... e nós 'tamo gastando dinheiro lá, pra fundar a sociedade civil e... Vocês aí e. Como se diz... Se vira. Af que nós fizemos, como a gente não teve os recursos para dar o salto. Porque a gente queria dar um salto qualitativo e quantitativo. Estabelecer, né?*

*Amanda: O Centro?*

*Ronan: É o Centro. Nós queríamos montar. Deixar de ser uma coisa assim... Ah você gosta eu gosto então vamu fazer. Não! Vai ser um projeto no tempo, no espaço, sedimentado.*

*Amanda: Mais aí vocês já tinham muitos documentos?*

*Ronan: Já, já tinha bastante. Vários documentos. E aí veio essa resposta, pra nós. E aí cada um tava... Aí numa reunião lá na plenária eu fiz a proposta. Oh, doar esse material porque é um material rico, né? Têm as lembranças, as memórias de vários segmentos da sociedade civil organizada. (...) Aquelas coisas todas né? Que a gente pudesse 'tá guardando esses acervos. Vai que um dia alguém quer fazer uma pesquisa sobre isso (...).<sup>10</sup>*

Podemos relacionar a fala de Ronan às dificuldades pelas quais o CDP estava passando referente ao trabalho em regime de voluntariado e à ausência de verba fixa. O grupo, ao reconhecer tais dificuldades, busca então a institucionalização como meio de sanar os problemas decorrentes disso. Traçaram várias estratégias para romper com os obstáculos, como por exemplo, a elaboração do estatuto e busca de verba fixa e o que Ronan trouxe no registro oral: a articulação com entidades de nível nacional e mesmo internacional na

busca de financiamento.

O depoente expressa esse desejo de institucionalizar como meio de “sedimentar” o projeto no tempo e no espaço, ou seja, deixar de lado o trabalho voluntário, bem como os recursos escassos doados pelos agentes de diálogo. No entanto, em outro momento da fala de Ronan, ele dá outra interpretação ao que levou à extinção do CDP.

*Ronan: (...) E quando sai do CDP já no finalzinho. O CDP vem pra cá justamente porque o...*

*Amanda: Vem pra cá, 'cê fala, vem pra UFU?*

*Ronan: Pra UFU. É, pro CDHIS. Porque já tava esgotando. Nós tínhamos feito projeto pra...*

*Amanda: Ah, só depois... É já quando o Centro, vamos dizer assim, já tinha sido desfeito.*

*Ronan: Já tinha cumprido o papel dele, né? Cada um já tava mais ou menos organizado. ... Me passou as instituições. Eu fui pra dentro da Central [Central Única dos Trabalhadores – CUT]. Fui ser dirigente da Central a nível estadual, na região. E eu fazia esse trabalho de formação. Nós tínhamos a Escola sede em BH. E aí... a gente via que não precisava mais aquela... Ele tinha cumprido o papel dele. Que era armazenar aquela memória. Que formar vários grupos de oposição. Ganhamos vários sindicatos. Perdemos outros. E aí, nesse contexto, cada um foi cuidar da sua vida. Nós ficamos uns cinco, seis anos juntos. Então assim...<sup>11</sup>*

Nesse momento Ronan se mostra ambíguo, pois, ao mesmo tempo, em que atribui o fim do Centro ao seu esgotamento interno, em seguida começa a falar de um projeto que eles tinham feito, porém a entrevistadora interrompeu e o entrevistado não concluiu sua idéia. Mas penso que ele iria falar dos projetos mandados para outros países em busca de financiamento — “dar o salto” como afirmou posteriormente. Ao continuar com sua narrativa, ele já aponta outra interpretação, que é o fato do CDP ter cumprido seu papel. Aqui ainda que fale da preservação da memória, a meu ver, deu muito mais ênfase à função da “formação”, quando afirma que “já não precisava mais”, “já tinha armazenado aquela memória” e “tinha formado vários grupos de oposição”.

Nesse sentido, percebemos que Ronan deixa aflorar as contradições existentes dentro do grupo, ao revelar a

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem

diversidade de interesses e concepções existentes entre os membros do mesmo. Também podemos ver que, para Ronan, o significado maior do CDP era sua atuação enquanto entidade de Apoio e Formação (mesmo porque era nessa área em que ele atuava), ficando a preservação relegada a segundo plano. Faço este apontamento, por partir do suposto de que um centro de memória não nasce necessariamente para cumprir um papel, perante seus agentes de diálogo, em um curto período de seis anos. Ao contrário, por ser centro de memória seu interesse é se afirmar perante aqueles grupos para os quais fala, e permanecer disputando os espaços e significados múltiplos da memória com os grupos hegemônicos. Em suma, a contradição também é reavivada mesmo na concepção de centro de documentação de um dos membros do Centro, que, por sinal — podemos ler nas evidências — era um dos mais atuantes dentro do CDP.

Gostariamos de ressaltar o caráter diverso que o CDP assumiu para seus próprios membros. Sendo assim, enquanto Aléxia e Leila Almeida atribuem o fim do CDP à falta de verba (caixa fixa, recursos constates), Ronan, em sua fala, atribui ao fato de que ele cumpriu seu papel naquele momento histórico de formar e informar militantes. Assim Aléxia traz em seu texto que Leila Almeida recupera depois em sua monografia:

*No início, o CDP não quis uma verba fixa, pois não queria recursos sem saber onde utilizá-los. Ele primeiro começou a atuar e, a partir de suas reais necessidades, foi arrecadando dinheiro que já tinha lugar definido de investimento. Hoje, com as atividades em pleno andamento, esta prática tem limitado a ação do CDP, pois nem sempre os movimentos podem fornecer o que e quando o CDP necessita.<sup>12</sup>*

Ao contrapormos os três pontos de vista, a multiplicidade de interesses, presente entre aqueles que compunham o Centro, é revelada. Alguns se uniram à causa de constituição de um Centro de Documentação Popular por verem a necessidade de constituírem um acervo documental que informasse pesquisadores sobre as lutas das classes populares, o seu fazer cotidiano, o

que até foi ponto de partida para o nascimento do CDP (ainda que posteriormente alguns membros do próprio CDP vissem como academicismo alheio à realidade). Outros viam a necessidade de formar uma classe unida, consciente de seus direitos dentro da democracia burguesa, promover a discussão nas associações de bairro, nos sindicatos oposicionistas, lutar contra o peleguismo e o assistencialismo, “formar” grupos de pressão, na concepção da organização sindical. Também havia uma parcela dos envolvidos com o CDP que viam a necessidade de constituir acervos, criar mecanismos e desenvolver estratégias de preservação e organização dos mesmos, a fim de disputar espaços na constituição de memórias alternativas. O que significa, de algum modo, “formar” e “informar” militantes, porém com outros objetivos e interesses, voltados para a construção de uma consciência de preservação e educação patrimoniais que possibilite a participação na cidadania.

Entre os registros referentes à secretaria do CDP, que foi possível analisar, não encontrei nenhum documento a respeito do fechamento do Centro e da doação do acervo ao CDHIS e nem as datas em que essa transação ocorreu. O que tive acesso foi à monografia de Leila Almeida e à narrativa de Ronan. Ambos os registros trazem divergências quanto à referida data, pois Leila Almeida traz o ano de 1992:

*Assim, em 1992, chegou o momento em que as dificuldades tornarem-se bastante sérias e, cerceado por problemas financeiros, o CDP foi desativado. O acervo acumulado até então foi doado ao CDHIS/UFU, em caráter de coleção fechada (...).<sup>13</sup>*

Já Ronan citou por volta de 1990-91:

*(...) Da Ivaldo Alves, quando nós fechamos ele, por volta de 1990, 1991, aí ele é transferido pra cá, mas já como objeto de arquivo, entendeu.<sup>14</sup>*

Entretanto, devemos considerar que Ronan associa o fechamento do Centro a sua saída, a qual se deu por volta de 1991<sup>15</sup>, quando ele assume outras atividades de formador e começa a se distanciar das atividades do CDP.

<sup>12</sup> FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 82.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995. A autora participou do processo de organização da coleção CDP, após a doação dos documentos do referido centro ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU. p. 22-23.

<sup>14</sup> Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

<sup>15</sup> Ver citação do CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 03, mar. 1991, no 2.º Capítulo, item sobre

Aqui deve ser considerado tanto o fato da Comissão de Formação entender que “cumpriu sua missão” e então a Secretaria Regional da CUT assumir tal função, quanto o fato de Ronan, por seu caráter de liderança e militância, privilegiar sua função de formador e seguir nela, mas agora não mais no CDP. O que gostaria de ressaltar aqui é o fato de que, ao analisarmos a condição de produção de uma memória individual, devemos dar a ela o sentido de que é a história de vida daquela pessoa com a qual se está dialogando. Em outras palavras, ao construir sua narrativa, o depoente faz o encontro de um acontecimento, um lugar e uma subjetividade, o que dá à memória individual o valor qualitativo, que devemos considerar ao trabalhar com o registro oral.<sup>16</sup> Assim sendo, Ronan, ao se recordar de como e quando se deu o fechamento do CDP, atribui outro tempo, que é o tempo em que ele se afastou do Centro, que não é necessariamente o tempo da dissolução do grupo e da posterior doação do acervo ao CDHIS. Em suma, é próprio do registro oral a possibilidade de reinterpretação de uma experiência passada atribuindo a ela um tempo que não aquele compartilhado pela memória coletiva.

## 2. O CDP no CDHIS

### 2.1. A organização: a Coleção CDP

A coleção CDP, doada ao CDHIS, logo recebeu uma nova reorganização, por meio do trabalho realizado pelo Professor Paulo Roberto de Almeida, do Instituto de História, e por dois alunos do Curso de Graduação em História, Robson Laverdi e Leila de Almeida. Esse grupo enviou um projeto ao PIBIC/CNPq para organização da coleção CDP<sup>17</sup>. Cabe destacar que dentre os registros que foram produzidos por esse “novo” grupo, trabalhei apenas com a monografia de Leila Almeida. No CDHIS não foi possível encontrar a monografia de Robson Laverdi.<sup>18</sup>

Este projeto foi desenvolvido a partir da leitura, por

parte desses novos sujeitos, que apontava carência de fontes referentes aos movimentos populares, que subsidiassem historiadores e outros pesquisadores em suas pesquisas. Outro aspecto que devemos conjugar, enquanto possibilidades e necessidades para a reimplantação do CDP, foi a instituição, em 1995, no curso de História da UFU, da produção de um trabalho monográfico como exigência de finalização de curso (bacharelado e licenciatura). A preocupação era preservar a referida documentação, criar medidas de reimplantação do Centro, visando à recuperação da experiência de movimentos populares, divulgar ao público, por meio da publicação de um guia de pesquisa, e criar mais um espaço para o debate e reflexões. Assim explicita Leila Almeida em sua monografia:

*(...) o acervamento deste tipo de documentação torna-se tarefa de suma importância para aqueles envolvidos nas perspectivas de observação, reflexão/crítica e mesmo intervenção na realidade. Assim, não demorou muito para que um grupo de professores e alunos do Depto. de História, preocupados em preservar a documentação e ao mesmo tempo, criar condições para reimplantação do Centro — considerando sua importância, haja visto que denota as várias experiências de movimentos populares — encaminharam projeto ao PIBIC/CNPq, visando a reestruturação do Centro, bem como a organização e abertura do Arquivo ao Público.<sup>19</sup>*

A preocupação inicial daqueles primeiros agentes é de algum modo trazida à tona, logicamente resguardadas as peculiaridades de cada processo, o que evidencia o alcance do CDP e a gama de interesses que o envolve. Novamente um grupo de pessoas, preocupadas com os suportes da memória de grupos populares que reivindicavam seu espaço na sociedade na década de 1980, reúne-se e mobiliza esforços e recursos para disputar

“formação” In: ROSA, Amanda Marques. Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995). 2008. Monografia (Bacharelado). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Neste número, não é mais o coordenador da publicação.

<sup>16</sup> Ver discussão PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002: *Desta forma quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais*. p. 32.

<sup>17</sup> ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p. 25.

<sup>18</sup> A monografia de Leila Almeida fala também de um projeto paralelo a esse, em caráter de desdobramento deste, visando um trabalho com fontes orais, as quais seriam incorporadas ao acervo CDP. *Ibid.* p. 38-39.

<sup>19</sup> *Ibid.* p. 24.

espaços no campo da memória, ao objetivarem a divulgação de todo aquele material acervado pelo grupo idealizador do CDP.

Quando chamamos a atenção para não ignorarmos as peculiaridades de cada processo, é de maneira a evitarmos anacronismos, que matam as contradições, conflitos e embates que são inerentes ao processo histórico. Destaco o uso do termo “popular” pelo novo grupo, ao afirmarem seu compromisso em constituir mecanismos de preservação de acervos populares. Isto evidencia o movimento dentro da produção historiográfica daquele período no sentido de não privilegiar apenas os movimentos sindicais, e alargar a construção do conhecimento de maneira a se propor a discutir os movimentos não organizados, ou seja, a experiência daqueles agentes históricos que travam sua resistência buscando outros métodos e modos de atuação.

Diante da nova proposta, alguns agentes de diálogo foram recuperados dos tempos do grupo idealizador. Leila nos aponta que isso se deu no sentido de estreitar contatos de maneira a ampliar suas reflexões. Assim ela afirma:

*No sentido de ampliar suas reflexões, o grupo achou proveitoso estreitar contatos com outras entidades como o Setor de Documentação ao Centro de Documentação e Informação do Rio de Janeiro (CEDI/Rio), o Centro de Pastoral Vergueiro em São Paulo (CPV), CEDIC da PUC. Previa, também nesse sentido, a realização de debates, mesas redondas, mostras públicas, espaços onde buscaria ampliar o debate e a reflexão acerca das produções nesse campo da historiografia.<sup>20</sup>*

A coleção foi reorganizada, procurando considerar sua inserção no contexto histórico específico e datado.<sup>21</sup> O acervo foi separado, catalogado e descrito em sete linhas temáticas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Político-Partidário, Movimento Leigos e Católicos, Movimento Direitos Humanos, Movimento Trabalhadores em Educação, Movimento Sindical, e Movimentos Diversos (materiais que contém temáticas diversificadas e que não se enquadravam dentro das demais temáticas). De acordo com Ronan, o grupo CDP separava a documentação em eixos temá-

ticos, porém segundo ele, em quantidade maior:

*A gente separava então por eixos de... A opção era os de baixo. Os explorados, os excluídos. [riso] (...) Ai, dentro deles, a gente então mapeava: essa questão é racial, então essa é racial; essa questão, da saúde do trabalhador, pra saúde do trabalhador. Ai 'cê ia montado. Então, é educação... E assim vai 'né.<sup>22</sup>*

O trabalho desenvolvido na “segunda fase” do CDP de organização da documentação, agora na forma de coleção, separava os materiais em linhas temáticas, obedecendo a *uma lógica que privilegiasse a visão de um segmento, sem que ao mesmo tempo gerasse individualismo (absolutização) expresso das fontes*<sup>23</sup>. Assim sendo, obedeciam à lógica dos movimentos, considerando seu contexto histórico. Nesse sentido, cada linha temática procurava reunir os documentos que dissessem respeito a determinado “segmento social”, suas lutas e sua inserção nesse contexto (entre os anos de 1985 a 1991).

Os materiais que compõem a linha dos “Trabalhadores Rurais Sem Terra” são: cartazes, periódicos, informativos, cartilhas cadernos, folders. Propõem, em sua maioria, a discussão da situação do homem no campo e a relação trabalhador/terra. Denunciam violência sofrida pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. São materiais produzidos pelos diversos órgãos de apoio ao movimento como, por exemplo, a CUT, CPT, CEBs, e mesmo materiais produzidos pelo próprio movimento.

A linha intitulada “Movimento Político-Partidário” é composta por: cartazes, periódicos, cadernos, cartilhas e revistas. Apontam as disputas políticas entre os anos de 1985 a 1992 nos níveis estaduais, municipais e nacionais de partidos de esquerda como o PT, PCB, PC do B entre outros, evidenciando suas articulações pelas disputas de poder e de apoio a outros sujeitos presentes na cena histórico das décadas de 1980-90, tais como o MST e a CUT. Contestam medidas de achatamento salarial e desfavorecimento das classes populares nas políticas governamentais. Cabe destacar que, nesta linha temática, a maioria dos materiais é produzida pelos Comitês do PT, o que revela o diálogo entre os idealiza-

<sup>20</sup> Ibid. p. 26.

<sup>21</sup> Ibid. p. 28.

<sup>22</sup> Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.



dores do CDP com tal entidade partidária.

A linha temática “Movimento dos Leigos e Católicos” reúne periódicos, boletins, informativos produzidos por entidades ligadas à Igreja Católica como o CEDI, CPT e Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Juventude, Pastoral Operária entre outros. Apontam as articulações estabelecidas entre essas entidades e seus agentes de diálogo tais como MST, Movimento Negro, grupos indígenas. Também revela a participação e intervenção dessas entidades nas situações políticas, econômicas e sociais do país entre as décadas de 1980-90.

A linha temática “Movimento Direitos Humanos” é composta por cartazes, periódicos, boletins, cartilhas e revistas que discutem temas amplos como a condição da mulher na sociedade, as lutas pela terra e violência no campo, a situação dos grupos indígenas na sociedade, a luta do Movimento Negro por sua afirmação sócio-política. Em suma, aborda questões diversas como saúde, transporte, educação, presentes entre os anos de 1978 a 1992.

A linha temática “Movimento dos Trabalhadores em Educação” é composta por cartazes, periódicos, informativos que versam sobre temas ligados à educação, à organização dos trabalhadores nessa área que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, além de dialogar com outras questões sociais entre os anos 1988-90. Trazem questões acerca da reivindicação de escola pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis de ensino e a discussões em torno das propostas para a Lei de Diretrizes e Bases.

A linha temática “Movimento Sindical”, que por sinal é uma das que contém maior número de material, é composta por cartazes, periódicos diversos, cartilhas, informativos, boletins, de diversas entidades sindicais como a CUT, SINTTEL, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Sindicato Nacional da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior (ANDES), entre outros. As fontes versam sobre várias questões que envolvem tanto a conjuntura sócio-política vivida no país entre 1977-92, quanto discutem as condições de trabalho de diversas categorias de trabalhadores. Revelam suas lutas e reivindicações por me-

lhorias de salário e condições de trabalho, e, portanto, evidenciam os diversos agentes históricos e seus embates cotidianos, como mobilizações e manifestações, comandos de greve etc.

A linha temática “Movimento Diversos” contem cartazes, boletins, cartas abertas, jornais, entre outros materiais que discutem e debatem questões diversas como meio ambiente, agricultura, educação. Abrange o período entre 1980-92.

Essa organização realizada em linhas temáticas nos possibilita ver quais documentos eram recebidos e preservados pelo grupo constituidor do CDP, o que nos faz ter mais clareza sobre quais eram os agentes de diálogo do Centro, quais eram as questões vivenciadas nas décadas de 1980-90. Na reorganização feita na segunda fase do CDP vemos quais movimentos sociais disputavam espaços, tornavam suas lutas explícitas. A reorganização em temas afins evidencia a tentativa de recompor a memória daquelas experiências de acordo com “segmentos sociais” produtores destas experiências. A seleção e organização eram feitas de modo privilegiar e enfatizar a luta dos agentes de acordo com as lutas de seus grupos sociais, fossem eles a luta do movimento negro por afirmação social e étnica, os embates travados pelo MST, ou ainda as reivindicações dos trabalhadores em educação por melhores condições de trabalho e ensino e, assim em diante.

É nesse sentido que chamo a atenção para a diversidade de materiais contidos na referida coleção, revelar a multiplicidade de sujeitos presentes na cena histórica, indo contra a concepção de história que possui um passado único, onde apenas os ditos “grandes heróis” têm voz ativa e por isso devem ser os únicos a serem lembrados. Tal diversidade ainda se constitui em possibilidade de romper com os alicerces da dominação e do poder existentes na memória social.<sup>24</sup>

No CDHIS, a documentação foi organizada como Coleção, na medida em que fora acumulada de forma artificial, recolhida de diversas entidades. O contexto da produção dos documentos foi perdido. Ao se perder a ordem natural de acumulação dos documentos de arquivo (o que é chamado princípio da proveniência, de

<sup>23</sup> ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p.30.

<sup>24</sup> SILVA, Olga Brites da. *Memória, preservação e tradições populares*. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992: (...) pois todos sabemos que a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder. A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro a disposição da posteridade. p. 18.

acordo com as normas da arquivística), perdeu-se a organização estrutural da instituição que os produziu. Desse modo, salientamos que a documentação CDP é uma “coleção” no sentido de que os documentos foram recolhidos e selecionados com vistas a comporem uma coleção; por isso esses documentos não formam um fundo arquivístico, já que não foram produzidos pelo Centro e sim recolhidos por doações, permutas, políticas de recebimento de material empreendidas para a fundação do CDP.<sup>25</sup>

## 2.2- A reorganização da Coleção

Foi feito um novo trabalho de preservação e restauração dos documentos com a coleção CDP, por ocasião do projeto financiado pelo PIBEG<sup>26</sup> e coordenado pela Professora Maria de Fátima Ramos de Almeida. O trabalho prático dos procedimentos arquivísticos implicou o reconhecimento da documentação, a higienização, pequenas restaurações, conferência dos registros de acordo com a descrição do guia produzido pela segunda fase do CDP (a reimplementação), acondicionamento, e nova digitação para posterior publicação de um inventário. Foi respeitada a separação anterior que definiu os eixos temáticos, realizada pelo “Projeto CDP: a constituição da Memória Popular”. Realizou-se também uma identificação em cada documento, a fim de manter tal organização e evitar que a documentação fosse retirada de seu local de acondicionamento, o qual é feito em pastas de polionda e caixas boxes. Outra política empreendida pelo CDHIS é a de descarte de documentos duplos, a qual também foi empregada na coleção CDP.

O estágio desenvolvido no CDHIS com a coleção CDP foi para mim enriquecedor, no sentido de ter promovido naquele momento a ampliação dos significados do curso de História. Representou outras possibilidades de aprendizagem tanto em termos de conhecimento teórico, nos momentos de leitura e discussão realizadas durante

o projeto, quanto em termos de conhecimento prático, ao nos fornecer as bases do trabalho arquivístico desenvolvido dentro do CDHIS.

Para além desses significados, a experiência de estágio foi parte do caminho percorrido pela pesquisadora, colocando-a em contato com os mais diversos materiais que referenciam as lutas travadas no social por vários sujeitos. Possibilitou-me levantar problemáticas acerca dos múltiplos movimentos sociais, existentes nas décadas de 1980-90, temática com a qual me identifico enquanto historiadora, por sinalizar a oportunidade de repensar e reescrever suas histórias a partir de questões presentes, percorrendo os caminhos da memória, reavivando embates e contradições.

A coleção CDP expressa uma dimensão de significados de uma coletividade diversificada em suas experiências, por representar questões e problemáticas pertinentes às relações sociais vivenciadas por agentes diversos do final dos anos 1980 e início de 1990. Assim sendo, os materiais acervados na coleção CDP nos revelam lutas travadas em torno da questão agrária por vários trabalhadores rurais que perderam suas terras diante das dificuldades de nela se produzir sem subsídios, e que nos anos 1980 afirmam sua luta por esse direito, se constituindo em movimento forte e organizado no Brasil. Também é possível compreender as articulações traçadas pelas diversas entidades sindicais que revelam sua capacidade de organização e arregimentação de militantes. Temos ainda um fervilhar de movimentos sociais tais como os grupos negros afirmando suas lutas por igualdade social e étnica, a organização das mulheres em diversas áreas, fazendo ser reconhecidos seus direitos de igualdade e respeito por sua condição de agente histórico. Ainda é possível perceber as várias articulações político-partidárias, em um período em que se reivindicou, no Brasil, o direito ao voto no movimento “Diretas Já!”, em que as pessoas votaram e escolheram o presidente depois da ditadura militar, além de dis-

<sup>25</sup> Destaco, aqui, que tais informações são fruto da reflexão desenvolvida em um curso de arquivologia oferecido pelo CDHIS em associação com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, intitulado “A Arquivística no Mundo Contemporâneo”, do qual tivemos a oportunidade de participar, enquanto estagiárias do CDHIS. A título de esclarecimento, este curso é voltado para a capacitação dos funcionários da UFU ligados a arquivos. Salientamos que a constituição de um fundo arquivístico se dá quando se mantém o princípio da proveniência. Sabe-se qual instituição produziu, e quais as relações e funções de determinado documento dentro desta instituição.

<sup>26</sup> Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da UFU. Encaminhamos o projeto “Memória Histórica: preservação e ação pedagógica”, a este órgão financiador. Este projeto tinha como objetivo geral ampliar as perspectivas de qualificação e profissionalização dos estudantes de Licenciatura em História, por meio de orientação teórica e didática sobre o trabalho de organização, catalogação e preservação de documentos em arquivos e sobre a preservação da memória social. Os objetivos específicos eram: a agilização de organização dos acervos documentais do CDHIS, disponibilizando-os ao público usuário em condições adequadas de manuseio; a divulgação à comunidade acadêmica da multiplicidade de fontes da memória histórica da região que se encontram disponíveis à consulta no CDHIS.

cutirem a Constituição de 1988.

Em síntese, é essa a multiplicidade de agentes e grupos sociais, questões, problemáticas e significados, que vejo reavivada nas fontes existentes na coleção CDP. A partir da leitura e análise desses materiais podemos explorar essa multiplicidade, em um procedimento capaz de estabelecer a relação presente/passado, a fim de revermos nosso presente de maneira mais crítica, e nos voltarmos ao passado vendo nele experiências de sujeitos, que, tal como nós, viveram, acreditaram em sonhos, utopias, lutaram, venceram ou foram derrotados. Isso é a possibilidade de conceber o passado, a história e a memória em suas contradições, ou seja, como um processo que não se fechou, porque sempre será revisto pelos agentes do presente.

Uma das inquietações iniciais, quando me interessei em desenvolver a pesquisa sobre o CDP, foi a percepção que desenvolvi, enquanto mais uma pessoa que se envolveu com a história do Centro, que era o fato de que, desde seu nascimento, o grupo falava de um acervamento das fontes ligadas ao popular, mas, quando me voltava para as fontes que constituíam o acervo, via registros de órgãos que já contavam com uma estrutura organizada no que se refere aos órgãos de imprensa, publicação e comunicação. São registros produzidos pela imprensa de partidos políticos, sindicatos, CUT, MST, órgãos ligados à Igreja Católica etc., os quais eram os agentes de diálogo do Centro. Hoje, consigo ver que isso é fruto das relações travadas pelo Centro com tais agentes. Nesse sentido, diante de toda a discussão feita no segundo capítulo do meu trabalho monográfico, na qual tentei explorar o tripé montado pelo CDP (Formação, Informação e Preservação), se tornou mais claro o porquê do acervo ser constituído basicamente por fontes produzidas por tais entidades organizadas, tendo em vista que eram essas entidades as financiadoras do projeto e, por conseguinte, eram elas que faziam as doações ao CDP.

Isso aponta para a perspectiva historiográfica seguida pelo grupo, que era a leitura nos moldes do marxismo-leninismo, a qual partia de uma concepção de entendimento das questões ligadas às classes trabalhadoras,

de explicação do processo histórico pelo viés da manifestação da consciência de classe, em que fugir dessa concepção era ceder à alienação. Esse viés historiográfico representou limites, pois acabou por se focar o acervamento apenas na história dos sindicatos e dos partidos operários, tendo em vista que o tema central era a organização da classe trabalhadora, ou seja, acabava por privilegiar os movimentos organizados em detrimento de outras formas de lutas subreptícias<sup>27</sup>. Mais uma vez aflora a contradição nesse movimento ao tentar-se implantar formas democráticas de luta que acabaram por focar nos líderes sindicais, partidários, grupos orgânicos. Mais uma vez a história preservada ganha status de hierarquização, onde são preservadas e registradas a memória e a história que contam com as condições materiais para se impor: aquela que tem voz.

Outro aspecto que deve ser problematizado é o uso do termo “popular”. Procuo entender seu uso nas duas experiências do CDP e mesmo entender seu uso por nós hoje. Como subsídio para tal reflexão me volto ao texto de Stuart Hall<sup>28</sup>, quando ele discute a variedade de significados assumidos pelo referido termo. Ao refletirmos sobre esta noção assumida pelo grupo idealizador, percebemos que partiam de uma concepção do “popular” que, considerava enquanto tal, tudo aquilo que “emana” das classes populares, como se pudéssemos definir e separar aquilo que pertence ao povo daquilo que não pertence. Esta noção deixa explícita a dicotomização entre cultura popular e cultura dominante, perdendo as tensões e oposições existentes nas relações de poder<sup>29</sup>. Já o grupo preocupado em reestruturar o CDP traz abertura para pensar o popular dentro das contradições, observando o processo, onde os agentes (as pessoas comuns) reconhecem a reorganização das suas realidades e ora se identificam ora resistem. O que gostaria de evidenciar é o movimento feito pelos agentes históricos ao interpretar as suas experiências. Isso é feito de diversas maneiras, porém, nessa situação de vivência e de “volta” ao passado do CDP na busca de se forjar memória(s), é possível trazeremos tais conceitos para repensá-la.

<sup>27</sup> Esta discussão é apontada no artigo de ARAÚJO, Ângela Maria C. e BATALHA, Cláudio H. M.: Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Leurenroth (AEL). In: SILVA, Zélia L. (Org.). *Arquivo, patrimônio e memória*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999: *Essas alterações* [produzidas no campo de estudo do movimento operário] *implicavam, sobretudo repensar as bases sobre as quais, até então, era escrita a história das organizações e seus dirigentes que da classe operária*. p.71.

<sup>28</sup> HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003. p. 247-264.

<sup>29</sup> *Ibid.* p. 253-260.

## Referências

- ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995. Monografia (Bacharelado)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995.
- ARAÚJO, Ângela Maria C. e BATALHA, Cláudio H. M.: Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Leurenroth (AEL). In: SILVA, Zélia L. (Org.). *Arquivo, patrimônio e memória*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999.
- CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 49-63.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 63-90, dez. 1993.
- FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003, p. 247-264.
- SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 17-20.
- VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo. Ática, 1989. (Série Princípios).
- WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 115-117.